



RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES 2012

Em conformidade com a Resolução CGPC nº 23, de 06/12/2006, com o artigo 23, inciso V, e o artigo 31, inciso II, do Estatuto da CAFBEP, a Diretoria Executiva apresenta o Relatório Anual de Informação referente ao exercício findo em 31/12/2012, comparativamente com o exercício de 31/12/2011.

Visando o equilíbrio financeiro e atuarial dos planos de benefícios, a Diretoria Executiva, desde sua posse em 27/01/2011, priorizou reforçar os controles internos estabelecendo diversas implementações e melhorias. No ano de 2012, destacamos a aquisição de um **Sistema de Gestão de Risco e Controles Internos**, adequado ao porte, complexidade e riscos inerentes aos planos de benefícios administrados pela **CAFBEP**, assegurando o pleno cumprimento de seus objetivos.

A Diretoria Executiva, baseada nos princípios e regras das boas práticas de governança, ratifica o compromisso assumido com patrocinadores, assistidos e participantes, mantendo a transparência na gestão.

José Alves Tavares
Presidente

Álvaro da Rocha Silva
Diretor Adm. Financeiro

Genyce Pires de Amorim
Diretora de Seguridade

1. MELHORIAS E IMPLEMENTAÇÕES

MELHORIAS
Pintura e Manutenção do Prédio
Reforço na Segurança de Monitoramento por Vídeo
Transferência do Equipamento de Informática para Liberação e Criação de mais uma Sala de Reunião para os Órgãos Estatutários
IMPLEMENTAÇÕES
Aquisição do Sistema de Gestão de Risco e Controles Internos

2. PORTFÓLIO DE INVESTIMENTOS

A CAFBEP possui investimentos em Renda Fixa, Renda Variável, Empréstimos a Participantes e Imóveis. O total desses investimentos passou de R\$71.469 mil em dez/2011 para R\$78.020 mil em dez/2012.

Renda Fixa: Os investimentos nessa modalidade são compostos por: um **Fundo Exclusivo "BB CAFBEP PREV. FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA"**, cuja gestão e responsabilidade é de responsabilidade da BB DTVM, para novas aquisições de Títulos Privados há necessidade de consulta à CAFBEP, custodiado no BANCO ITAÚ S. A, contendo títulos públicos federais e títulos privados, além de cotas de fundos abertos de instituições financeiras; **Carteira Própria** administrada pela Entidade, exclusiva do Plano BD, composta em 86% de NTN-B (Notas do tesouro Nacional), 13% em Cotas de Fundos e 1% em conta corrente para pagamento de despesas; e aplicação no **FUNDO CAIXA SAÚDE ANS**, em atendimento à RN ANS nº 160, de 03/07/2007, que dispõe sobre manutenção de recursos próprios mínimos. Em 2012 as rentabilidades foram de: Fundo Exclusivo - 9%, Carteira BD - 11% e Fundo Caixa Econômica (Saúde) - 8%.

Renda Variável: Os investimentos nessa modalidade consistem em: cotas dos fundos **MERCATTO GESTÃO FUNDAMENTALISTA** e **ITAÚ RPI**, ações do BANPARÁ e EMBRATEL. Em 2012 os fundos apresentaram uma rentabilidade de 12%, superando o seu benchmark IBRX que atingiu 11%.

Imóvel: Trata-se de imóvel utilizado parte para locação e parte para a administração da Entidade, cuja rentabilidade é proveniente de aluguel mais reavaliação, diminuída da depreciação. O saldo de R\$1.240 mil em dez/2012 representa 2% do total dos Investimentos. Obteve 8% de rentabilidade no exercício.

Operações com Participantes – Empréstimos: Em dez/2012 o valor financeiro de R\$ 5.070 mil no plano Prev-Renda e de R\$ 92 mil no Plano Básico, com rentabilidade de 15% e 17%, respectivamente, comparativamente aos valores de 2011 que eram de R\$4.794 mil no plano Prev-Renda e de R\$83 mil no Plano Básico. Os créditos de liquidação duvidosa, que ao final de 2011 somavam R\$ 107 mil, ao final do exercício de 2012 somam R\$101 mil, o que representa uma recuperação de aproximadamente 6%. O processo de recuperação de crédito na Entidade envolve desde cobrança em carteira até ajuizamentos na justiça.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS – São desenvolvidas individualmente para cada plano de benefícios e suas diretrizes foram cumpridas. O texto completo está disponibilizado no sítio da CAFBEP.

Demonstrativo dos Investimentos da Entidade por Plano e segmento de aplicação em relação ao enquadramento da Resolução CMN Nº 3.792, de 24 de setembro de 2009:

Plano CD

Segmento de aplicação	Alocação Dezembro 2012	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa	83%	60%	95%	100%
Renda Variável	7%	0%	50%	70%
Imóveis	2%	0%	80%	80%
Operações com Participantes	8%	5%	15%	15%

Plano BD

Segmento de aplicação	Alocação Dezembro 2012	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda fixa	98,70%	60,00%	100,00%	100,00%
Operações com Participantes	1,30%	0,00%	15,00%	15,00%

Plano PGA

Segmento de aplicação	Alocação Dezembro 2012	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal
Renda fixa	100,00%	60,00%	100,00%	100,00%

Apresentamos abaixo a composição dos Investimentos da CAFBEP no final do exercício de 2012, em comparação com os limites legais, definidos na CMN nº 3.792/09:

DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO						No quadro abaixo, demonstramos os custos com a administração das carteiras:	
		2012		2011		Limite Legal	
		Valor	%	Valor	%		
1	RENDA FIXA	67.251.423	86,2	61.550.527	86,12	100	
	Operações Compromissadas	6.088.625	9,05	4.440.357	7,21		a) Despesas Taxa de Auditoria
	LFT-N	7.628.750	11,34	10.796.484	17,54		b) Custódia
	NTN-B (Fundo Exclusivo e Carteira BD))	11.319.005	16,83	12.063.766	19,6		c) SELIC
	LFT-A	2.519.753	3,75	4.452.794	7,23		d) CETIP
	NTN-F	3.086.983	4,59	1.918.111	3,12		e) DNP
	LTN	13.698.792	20,37	10.808.946	17,56		f) Taxa de Administração
	Subtotal Títulos Públicos Federais		65,93		72,27	100	g) Taxa DAIEA
	DPGE- CRUZEIRO	0	0	1.079.010	1,75		h) Taxa ANBID
	DPGE- BICBANCO	1.176.610	1,75	1.075.428	1,75		i) IOF
	DPGE- FIBRA	1.178.360	1,75	1.079.975	1,75		j) Taxa Risco de Mercado
	DPGE- PARANÁ	1.176.948	1,75	1.077.676	1,75		k) Taxa de Fiscalização
	DPGE- BANPARÁ	5.058.048	7,52	0			l) Honorários Advocáticos
	DPGE- MERC BR	585.916	0,87	535.393	0,87		m) Taxa CVM
	Subtotal Depósitos à Prazo Garantia Especial		13,64	0	7,88	100	Total efetivado em 2012
	Letra Financeira BB	603.015	0,9	549.704	0,89		296.270,98
	Letra Financeira CEF	1.068.509	1,59	0			2) Despesas Provisionadas
	Letra Financeira Votorantim	1.068.522	1,59	0			2012
	Letra Financeira Santander	1.067.433	1,59	0			a) Futura Bolsa BM&F
	Letra Financeira Safra	1.069.250	1,59	0			b) Taxa de Publicidade (ANBID)
	Subtotal Letra Financeira		7,26	0	0,89		c) Taxa de Administração
	CDB-Daycoval	1.089.901	1,62	0			d) Custódia
	CDB-Hsbc	0	0	609.513	0,99		e) SELIC
	CDB-Safra	0	0	3.249.204	5,28		f) CETIP
	CDB-Votorantim	576.132	0,86	2.185.390	3,55		g) Taxa de Perman. do Ativo
	Subtotal CDB's		2,48	0	9,82	80	h) Ajuste Compens. de Cotas
	Debenture Bisa	827.034	1,23	840.781	1,37		Total provis. rel. a dez/2012
	Debenture Bradespar	1.149.859	1,71	1.043.195	1,69		15.898,30
	Debenture Vivo	611.499	0,91	620.338	1,01		
	Subtotal Debentures		3,85	0	4,07	20	
	MERCATTO TOP LP	2.374.021	3,52	2.745.725	4,46		
	ITAÚ INST. JUROS E MOEDA	1.040.822	1,55	0			
	RIO BRAVO CRÉDITO PRIV. R.F.	120.474	0,18	0			
	RIO BRAVO JUROS FIC FIRF	178.229	0,27	0			
	FUNDO CREDIT YIELD	21.178	0,03	86.526	0,14		
	ITAÚ INST. INFLAÇÃO R.F.	668.412	0,99	109.361	0,18		
	CAIXA FI Saúde (ASSISTENCIAL)	200.264	0,3	185.271	0,3		
	Subtotal Fundos de Renda Fixa		6,84		5,08	20	
	Conta Corrente	14.933	0,02	17.502	0,03		
	Despesas Provisões	-15.854	-0,02	-19.924	-0,03		
	Subtotal Renda Fixa		100,00		100		
2	RENDA VARIÁVEL	4.366.679	5,6	3.878.502	5,43	70	
	Ações Banpará	24.304	0,56	24.304			
	Ações Embratel	820	0,02	604			
	Fundo de Ações Mercatto	2.441.376	55,9	2.251.942			
	Fundo de Ações Itaú	1.900.179	43,52	1.601.651			
3	INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS – Imóvel	1.240.009	1,59	1.246.501	1,74	8	
4	OPERAÇÕES C/PARTICIPANTES-Empréstimos	5.162.577	6,61	4.794.183	6,71	15	
	T O T A L	78.020.688	100	71.469.712	100		

RENTABILIDADES E ÍNDICES		
	dez/12	Acumulado Ano
Plano CD	1,01	12,59
Plano BD	1,29	11,95
CDI	0,53	8,41
IMA-B	1,91	26,67
INPC + 6%	1,24	12,59
IBOVESPA	5,85	7,24
IBrX	4,97	11,71

3-. PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS - Modalidade Benefício Definido

Aprovado pela SPC - Secretaria de Previdência Complementar em 28/09/1993 e implantado em 01/10/1993. **Benefícios:** Suplementação da Aposentadoria por Tempo de Contribuição, por Idade, por Invalidez, Suplementação do Abono Anual, da Pensão e do Auxílio Reclusão e Pecúlio por Morte. O Plano é considerado em extinção e desde 12/2002 a massa de participantes é composta por 21 (vinte e um) assistidos.

PARECER ATUARIAL DO PLANO BÁSICO

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2012 do Plano Básico de Benefício Definido da CAFBEP – Caixa de Previdência e Assistência aos Funcionários do Banco do Estado do Pará S/A, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecidos pela CAFBEP posicionado em 30/6/2012.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2012.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela CAFBEP, verificou-se que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente da patrocinadora e de seus representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

O Plano Básico de Benefício Definido da CAFBEP encontra-se em extinção desde 20/12/2002.

A avaliação atuarial à qual se refere este parecer reflete o regulamento aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar, através da Portaria nº 1.360 de 3/8/2007.

I – Estatísticas

	31/07/2012
Benefícios Concedidos	
Número de aposentados válidos	18
Idade Média	66,7
Benefício médio mensal	3.147
Número de aposentados inválidos	1
Idade Média	68,0
Benefício médio mensal	2.107
Número de pensionistas (grupos familiares)	2
Idade média	68,0
Benefício médio mensal	1.429

Não há participantes ativos na data base da avaliação atuarial.

II – Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Towers Watson e a CAFBEP e contam com o aval das patrocinadoras do Plano Básico conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006, manifestado por meio da carta/presi nº 2012/2428 de 20/12/2012.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

	2012	2011
Hipóteses Financeiras		
Taxa real anual de juro	5,0 % a.a.	6,0% a.a.
Projeção do crescimento real do benefício do INSS	N/A	N/A
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano	0,0% a.a.	0,0% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
Salários	N/A	N/A
Benefícios do plano	100% a.a.	100% a.a.
Benefícios do INSS	N/A	N/A
Hipóteses Biométricas e Demográficas	2012	2011
Tábua de Mortalidade Geral	RP 2000 Geracional ¹	AT-83 por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP 2000 Disabled ¹	IAPB-57
Tábua de Entrada de Invalidez	N/A	N/A
Tábua de Rotatividade	N/A	N/A
Aposentadoria	N/A	N/A
Composição Familiar	Família informada	Família informada

¹Tábuas específicas por sexo

Taxa real anual de juros

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, poderia ser definida com base na expectativa de longo prazo do retorno de investimentos do plano, na data-base da avaliação atuarial. De acordo com a expectativa da patrocinadora, a taxa de retorno real de longo prazo é de 5,0% a.a.

A recém-publicada Resolução CNPC nº 9, de 29/11/2012, estabeleceu novos limites para as taxas reais de juros, que devem ser aplicados progressivamente já a partir da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício 2013. Com isso, o limite legal máximo reduz de 6%, válido para a Avaliação de 31/12/2012, para 4,5% a partir da Avaliação de 31/12/2018, correspondendo a uma redução gradativa de 0,25% ao ano.

Ressalvadas as questões de aderência da carteira de investimentos deste plano, a taxa real de juros atualmente praticada está adequada à legislação vigente.

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 100% reflete a opção por se utilizar valores nominais no processo de avaliação atuarial, independentemente de eventual redução inflacionária.

Hipóteses Biométricas e Demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrências de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

Tendo em vista a diminuta massa de participantes, o que não permite o processamento de um estudo de aderência conclusivo, e com base em princípios de prudência e conservadorismo foram adotadas para essa Avaliação Atuarial, a Tábua de Mortalidade Geral RP 2000 Geracional e a Tábua de Mortalidade de Inválidos RP 2000 Disabled, ambas específicas por sexo.

Regime Financeiro e Métodos Atuariais

Por não haver participantes ativos no Plano, não se aplicam métodos atuariais. Apenas para amortização da insuficiência patrimonial é utilizado o Sistema Price, com base na ponderação de tempo médio previsto na Resolução CGPC 18/2006.

III – Patrimônio Social

Com base no Balanço da CAFBEP de 31 de dezembro de 2012, o Patrimônio Social é de R\$ 6.761.201,84.

A Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela CAFBEP.

IV – Patrimônio de Cobertura do Plano e Fundos

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano e dos Fundos em 31 de dezembro de 2012 é a seguinte:

	Valores em R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	6.650.889,62
Provisões Matemáticas	7.836.086,31
<i>Benefícios Concedidos</i>	<i>10.350.607,00</i>
Contribuição Definida	0,00
Saldo de Conta de Assistidos	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	10.350.607,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	9.319.098,00
Aposentadorias Programadas	9.319.098,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	1.031.509,00
Aposentadoria por Invalidez	332.916,00
Pensão	422.135,00
Pecúlio	276.458,00
<i>Benefícios a Conceder</i>	<i>0,00</i>
Contribuição Definida	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	0,00
<i>Provisão Matemática a Constituir</i>	<i>(2.514.520,69)</i>
Serviço Passado	0,00
Déficit Equacionado	(2.514.520,69)
Patrocinador(es)	(1.849.858,96)
Participantes	0,00
Assistidos	(664.661,73)
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
<i>Equilíbrio Técnico</i>	<i>0,00</i>
Resultados Realizados	(1.185.196,69)
Superávit Técnico Acumulado	0,00
Déficit Técnico Acumulado	(1.185.196,69)
Resultados a Realizar	0,00
Fundos	110.312,22
Fundo Previdencial	0,00
Fundo Administrativo	110.224,99
Fundo de Investimento	87,23

V – Variação do Passivo Atuarial

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2012 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2011 atualizado para 31/12/2012.

	Valores em R\$		Variação em %
	Exercício Encerrado	Exercício Anterior Atualizado	
<i>Benefícios Concedidos</i>	10.350.607,00	9.503.678,70	8,91
Contribuição Definida	0,00	0,00	0,00
Benefício Definido	10.350.607,00	9.503.678,70	8,91
<i>Benefícios a Conceder</i>	0,00	0,00	0,00
Contribuição Definida	0,00	0,00	0,00
Benefício Definido	0,00	0,00	0,00

Os compromissos atuariais variaram dentro do esperado, considerando a evolução da massa de participantes, o reajuste concedido de benefício em 2012, bem como as premissas selecionadas para essa Avaliação Atuarial.

Cabe ressaltar que, exclusivamente em relação à alteração da taxa de juros de 6% a.a. para 5% a.a. ocasionou um impacto na reserva de R\$ 876.801,00 e a alteração das tábuas de mortalidade causaram uma redução de R\$ 56.571,00. Portanto, a adequação nas premissas econômicas e demográficas geraram um impacto nas Provisões Matemáticas de R\$ 933.372,00.

V – Plano de Custeio

Tendo em vista a inexistência da folha de Salário de Participação uma vez que não há participante em atividade, o Plano Anual de Custeio do Plano Básico de Benefício Definido será estabelecido em moeda corrente, exceto quanto à contribuição de assistidos que será aplicado em percentual incidente diretamente sobre o benefício suplementar, conforme condições propostas a seguir:

Plano de Custeio Proposto para o ano-calendário 2012

Pecúlio por Morte	Nulo
Compromisso Especial Passado	Nulo
Equacionamento do Déficit	Patrocinadora: 12 parcelas fixas mensais de R\$ 12.894,48 cada e Assistido: 17,88% sobre o Benefício
Despesas Administrativas	Patrocinadora: 12 parcelas fixas mensais de R\$ 2.638,82 cada e Assistido: 3,85% sobre o Benefício

O quadro acima apresenta o custeio apenas para o ano-calendário de 2013 que terá vigência conforme indicado na Demonstração Atuarial.

Ressaltamos que o total do “Equacionamento do Déficit” será amortizado pelo Patrocinador em 216 parcelas, cujo montante está registrado no item “Provisões Matemáticas a Constituir” integrante deste Parecer. O prazo de amortização está em conformidade com o estabelecido no item 11 do Anexo à Resolução CGPC 18/2006. No entanto, novos déficits poderão surgir em Avaliações Atuariais futuras, cuja parcela será novamente financiada.

O Patrocinador está submetido aos dispositivos da Emenda Constitucional Nº 20/1998, bem como a Lei Complementar nº. 108/2001 diante disso, o rateio do déficit levou em consideração a proporção das contribuições normais para as despesas administrativas no exercício de 2012 em observância ao disposto no Artigo 29 da Resolução CGPC nº. 26/2008.

A paridade das contribuições para as despesas administrativas leva em consideração, de um lado, o Patrocinador que está representado por parcelas mensais de R\$ 2.638,00 e de outro, Participantes Assistidos com percentual de 3,85% sobre a Folha de Benefícios.

Este Plano possui 11 assistidos que movem ações judiciais para suspensão de contribuições para equacionamento do déficit. Tendo em vista que o Relatório de Fiscalização nº 112/2012/ERMG/PREVIC determina o registro contábil na conta 2.3.1.2.01.02.00 - Déficit Técnico Acumulado, o valor do déficit relativo a esse grupo não será equacionado uma vez que as contribuições estão suspensas por meio de liminar judicial ou decisão judicial, com reflexo já nos resultados de 31/12/2012.

Diante disso, o déficit foi proporcionalizado individualmente para todos os assistidos com base nas respectivas Provisões Matemáticas de cada Assistido. O patrocinador cumpre a paridade contributiva de sua responsabilidade tanto para os assistidos que não movem ações judiciais, bem como para aquele grupo com demanda judicial. Esse montante resulta em R\$ 1.849.858,96 e está registrado em Déficit Equacionado. A parcela que cabe ao grupo de Assistidos sem demanda judicial que é de R\$ 664.661,73, a situação análoga ao do Patrocinador, ou seja, vem sendo amortizada e também está registrada em Déficit Equacionado.

Em relação ao grupo de assistidos com demandas judiciais cujo valor é de R\$ 1.185.196,69 está registrado em Déficit Técnico Acumulado e não há perspectivas de equacionamento, haja vista o entrave legal previsto na legislação correlata às EFPC patrocinadas por entes de Economia Mista, bem como a determinação da Previc constante no aludido Relatório de Fiscalização, situação que remendamos urgente análise jurídica da Cafbep.

VI – Conclusão

Face ao exposto, na qualidade de atuário responsável pela avaliação atuarial anual regular da CAFBEP, informamos que o plano encontra-se deficitário. O déficit apurado de R\$ 1.185.196,69 é decorrente pelos efeitos de demandas judiciais que suspendem as contribuições de amortização por parte dos assistidos deste Plano.

Considerando o disposto no Artigo 28 da Resolução CGPC nº. 26/2008 e tendo em vista a inaplicabilidade de todos os incisos previstos no § 1º e ainda ao enquadramento dos §§ 2º e 3º do citado artigo, em nossa opinião, o déficit é qualificado como “estrutural”, motivo pelo qual nos leva a recomendar a manutenção do atual equacionamento, bem como, avaliar alternativas legais para o equacionamento do déficit apurado neste exercício e não equacionado por determinação judicial.

O não equacionamento pleno das insuficiências geradas pelas isenções das contribuições, obtidas por força judicial, as quais foram apuradas nesta Avaliação, poderá levar esse Plano à insolvência atuarial.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2013. Towers Watson Assessoria Empresarial Ltda. Waldner Conde Maria Izabel Pedrosa
Atuário MIBA nº 763 Atuária MIBA nº 1983

Nota da CAFBEP (importante): O Déficit Técnico Acumulado de R\$1.185.196,69 correspondente às parcelas do grupo de 11 assistidos que deixaram de contribuir por força de decisões judiciais e por ser o Patrocinador BANPARÁ empresa de economia mista vinculada ao Governo do Estado, ficou impedido de assumir essas parcelas por estar sujeito ao cumprimento dos dispositivos da Emenda Constitucional nº 20 e da Lei Complementar 108/2001. A administração da Entidade tem até o dia 31/12/2013 para comprovar junto ao Órgão Regulador e Fiscalizador (PREVIC) a execução de um plano visando o equacionamento do déficit. Neste sentido, os Órgãos Estatutários da Entidade e o Patrocinador estão definindo agenda para a realização de fórum com o grupo dos assistidos, para apresentar alternativas para a sua solução no sentido de evitar que o plano venha a ficar insolvente.

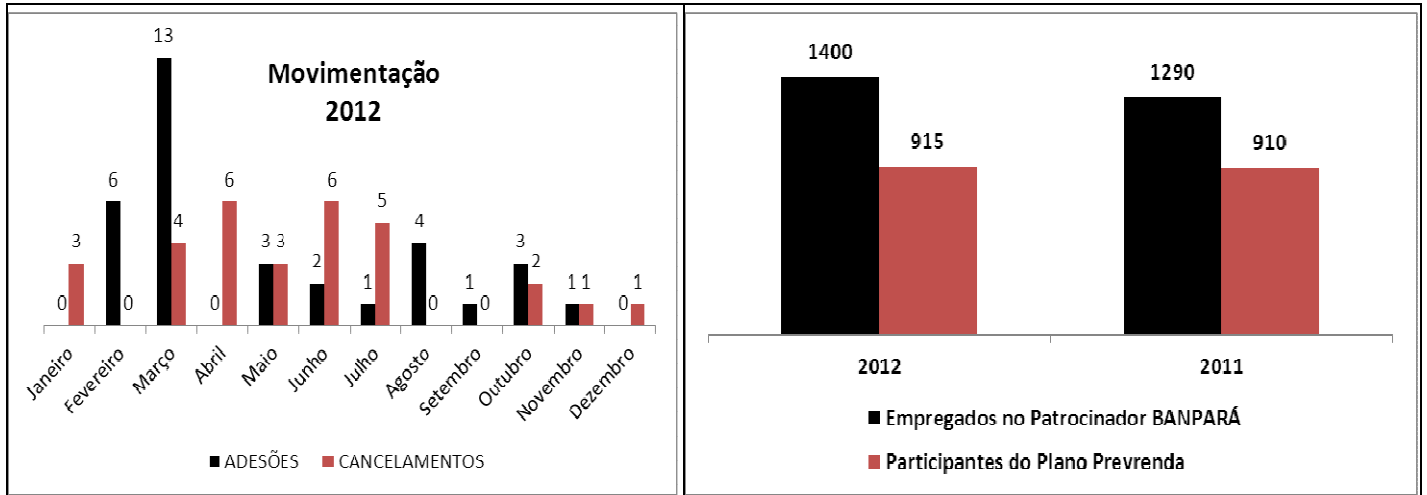
4. PLANO DE BENEFÍCIOS PREV-RENDA – Modalidade Contribuição Definida

Aprovado pela SPC - Secretaria de Previdência Complementar em 28/05/2002 e implantado em 20/12/2002. Foi constituído na modalidade Contribuição Definida. Possuía ao final de 2011, 930 (novecentos e trinta) participantes em atividade nos patrocinadores e 324 (trezentos vinte e quatro) assistidos.

Oferece: Benefícios de Renda Temporária; por Morte e Invalidez; Pecúlio por Morte e Invalidez; Benefício Proporcional Diferido; Resgate; e, Portabilidade.

Evolução de Participantes no PREV-RENDA (Entradas e Saídas)

Hoje o brasileiro pode viver mais e melhor, nosso país tem cada vez mais homens e mulheres com idade superior a 65 anos. Mas, para se transformar, de fato, na chamada melhor idade, é essencial que homens e mulheres tenham recursos para viabilizar seus projetos de vida. É nesse contexto que a CAFBEP vem conquistando cada vez mais adeptos ao **PREV-RENDA** e isso reflete uma mudança de atitude e uma nova forma de pensar do funcionalismo do **BANPARÁ**, que aprendeu a olhar para o futuro investindo na Previdência Complementar Privada, visando maior conforto, segurança e bem estar na aposentadoria.



PARECER ATUARIAL DO PREV-RENDA

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2012 do Plano PREV-RENDA da CAFBEP – Caixa de Previdência e Assistência aos Funcionários do Banco do Estado do Pará S/A, utilizamos o cadastro de dados individuais fornecido pela CAFBEP posicionado em 30/06/2012.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2012.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela CAFBEP, verificamos que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras e de seus representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

A avaliação atuarial à qual se refere este parecer reflete o regulamento aprovado pela Secretaria e Previdência Complementar – SPC, através da Portaria nº 1.200 de 15/6/2009.

I – Estatísticas

Benefícios a Conceder	30/06/2012
Participantes ativos (considerando os autopatrocinados)	
Número	928
Idade média (em anos)	45,6
Tempo de serviço médio (em anos)	17,6
Benefícios Concedidos	
Número de aposentados válidos	230
Idade média em anos	67,1
Valor médio do benefício	2.652
Número de aposentados inválidos ¹	28
Idade média (em anos)	59,9
Valor médio do benefício	908
Número de pensionistas	70
Idade média (em anos)	58,3
Valor médio do benefício	1.828

¹ Inclui os auxílios-doença a mais de 2 anos

II – Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Towers Watson e a CAFBEP e contam com o aval das patrocinadoras do Plano Prev Renda conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006. As hipóteses para esta Avaliação foram recomendadas pela Towers Watson, em correspondência de 22/11/2012, as quais foram manifestadas pela Cafbep por meio da Carta CAFBEP/PRESI 2012/2428 de 20/12/2012.

Para a apuração das provisões matemáticas relativas aos benefícios de risco, bem como os custos correspondentes foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses Financeiras	2012	2011
Taxa real anual de juro	6% a.a.	6% a.a.
Projeção do crescimento real de salário	Empregados: 2% a.a. Autopatrocinados: 0% a.a.	Empregados: 2% a.a. Autopatrocinados: 0% a.a.

Hipóteses Financeiras	2012	2011
Projeção do crescimento real do benefício do INSS	N/A	N/A
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano	0% a.a.	0% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
Salários	100%	100%
Benefícios do plano	100%	100%
Benefícios do INSS	N/A	N/A
Hipóteses Biométricas e Demográficas	2012	2011
Tábua de Mortalidade Geral	RP 2000 Geracional ¹	AT-83 ¹
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP 2000 Disabled ¹	IAPB-57
Tábua de Entrada de Invalidez	Wyatt 1985 Disability ¹	TASA 1927
Tábua de Rotatividade	Nula	Nula
Aposentadoria	1ª elegibilidade	1ª elegibilidade

¹ Tábuas específicas por sexo

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, poderia ser definida com base na expectativa de longo prazo do retorno de investimentos do plano, na data-base da avaliação atuarial. De acordo com a expectativa da patrocinadora, a taxa de retorno real de longo prazo é de 6,0% a.a.

A recém-publicada Resolução CNPC nº 9, de 29/11/2012, estabeleceu novos limites para as taxas reais de juros, que devem ser aplicados progressivamente já a partir da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício 2013. Com isso, o limite legal máximo reduz de 6%, válido para a Avaliação de 31/12/2012, para 4,5% a partir da Avaliação de 31/12/2018, correspondendo a uma redução gradativa de 0,25% ao ano.

Ressalvadas as questões de aderência da carteira de investimentos deste plano, a taxa real de juros atualmente praticada está adequada à legislação vigente, não obstante, recomendamos observar o enquadramento da legislação que passa a vigorar a partir de 2013.

Projeção do crescimento real de salário

A taxa de crescimento salarial deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo dos patrocinadores do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

As patrocinadoras optaram pela manutenção da taxa de crescimento salarial de 2% por considerar que essa taxa reflete a expectativa das empresas com relação à evolução futura média dos salários ao longo da carreira dos seus empregados.

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 100% reflete a opção por se utilizar valores nominais no processo de avaliação atuarial, independentemente de eventual redução inflacionária.

Hipóteses Biométricas e Demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrências de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

Apenas 0,54% dos compromissos do Plano possuem componentes atuariais, portanto, a escolha da tábua de mortalidade de validos e entrada em invalidez visa prover o plano de benefícios de maior conservadorismo, adotando a partir desta Avaliação Atuarial, tabuas com construções mais recentes e geracionais.

Regime Financeiro e Métodos Atuariais

Para Benefícios de Risco

Capitalização Individual – Idade Normal de Entrada

O Método de Idade Normal de Entrada – Percentual Constante é usado para determinar o custo do serviço e a obrigação projetada para aposentadoria, desligamento e demais benefícios.

Para Benefícios Programados

Capitalização Individual – Saldo de Contas

De acordo com as características dos benefícios a conceder, a obrigação do plano é representada pelo saldo acumulado de contribuições, sem identificação de custo normal.

Comentários sobre métodos atuariais

De acordo com este método, os custos normais para um empregado representam o financiamento de seu benefício com um percentual constante sobre o salário, desde a idade de entrada até a idade de aposentadoria. O custo normal do plano é a soma dos custos normais de todos os empregados.

III – Patrimônio Social

Com base no Balanço da CAFBEP de 31 de dezembro de 2012, o Patrimônio Social é de R\$ 63.863.733,82.

A Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela CAFBEP.

IV – Patrimônio de Cobertura do Plano e Fundos

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano e dos Fundos em 31 de dezembro de 2012 é a seguinte:

	Valores em R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	61.665.042,23
Provisões Matemáticas	61.665.042,23
<i>Benefícios Concedidos</i>	18.140.115,64
Contribuição Definida	18.140.115,64
Saldo de Conta de Assistidos	18.140.115,64
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	0,00
<i>Benefícios a Conceder</i>	43.524.926,59
Contribuição Definida	43.192.590,59
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)	10.869.494,30
Saldo de Contas – Parcela Participantes	32.323.096,29
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	0,00
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	332.336,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	379.662,00
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinador(es)	(23.662,00)
Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(23.663,00)
<i>Provisão Matemática a Constituir</i>	0,00
Serviço Passado	0,00
Déficit Equacionado	0,00
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
<i>Equilíbrio Técnico</i>	0,00
Resultados Realizados	0,00
Superávit Técnico Acumulado	0,00
Reserva de Contingência	0,00
Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00
Déficit Técnico Acumulado	0,00
Resultados a Realizar	0,00
Fundos	2.198.691,59
Fundo Previdencial	833.125,99
Fundo Administrativo	1.299.482,87
Fundo de Investimento	66.082,73

V – Variação do Passivo Atuarial

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2012 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2011 atualizado, pelo método de recorrência, para 31/12/2012.

	Valores em R\$		Variação em %
	Exercício Encerrado	Exercício Anterior Atualizado	
Passivo Atuarial	61.665.042,23	61.116.038,35	0,17
<i>Benefícios Concedidos</i>	18.140.115,64	18.007.810,41	0,00
Contribuição Definida	18.140.115,64	18.007.810,41	0,00
Benefício Definido	0,00	0,00	0,00
<i>Benefícios a Conceder</i>	43.524.926,59	43.108.227,94	0,24
Contribuição Definida	43.192.590,59	42.877.564,73	0,00
Benefício Definido	332.336,00	230.663,21	44,08

Convém ressaltar que do Passivo Total de R\$ 61.665.042,23, 0,54% (R\$332.336,00) é atuarialmente determinado com base nas hipóteses e métodos anteriormente indicados, pois corresponde à parcela das provisões matemáticas de benefícios a conceder relativa aos benefícios de risco e/ou benefício mínimo. Os 99,46% restantes (R\$ 61.332.706,23) são provenientes dos saldos de conta formados pelas contribuições dos participantes e das patrocinadoras acrescidas do retorno dos investimentos, cujas informações são de inteira responsabilidade da CAFBEP.

Os compromissos atuariais totais apurados na avaliação atuarial de 2012 variaram dentro do esperado considerando a evolução da massa de participantes e as hipóteses selecionadas. A alteração das tábuas de mortalidade e entrada em invalidez elevaram as provisões matemáticas em R\$ 81.857,00.

VI – Plano de Custeio

O Plano Anual de Custeio será constituído por contribuições que totalizam 24,38% da folha de salários, para o ano de 2013, conforme detalhado no quadro a seguir:

Plano de Custeio Proposto – 2013 (em %)				
Tipo de Contribuição	Participante	Patrocinador	Assistido	Total
Renda Temporária – Contribuições Normais	2,50	2,50	-	5,00
Compromissos Especiais Inativos	-	16,38	-	16,38
Integralização de contribuição (Invalidez e Morte)	0,01	0,01	-	0,02
Pecúlio por Invalidez e Morte	0,04	0,04	-	0,08
Despesas Administrativas	1,23	1,23	0,28 (*)	2,74
Total	3,78	20,16	0,28 (*)	24,22

(*) Percentual equivalente a incidência sobre a Folha de participantes ativos

Ainda que o estabelecido no Inciso III do artigo 87 do regulamento do PREV-RENDA teve validade somente na implantação, o Plano continua a observar que as contribuições da Patrocinadora, destinadas a cobrir os custos referentes aos benefícios de risco e despesas administrativas são limitadas em 2,75%, incidentes sobre o total dos Salários de Participação.

A previsão orçamentária relativa à despesa administrativa deste Plano para o exercício de 2013 informada pela Cafbep é de R\$ 1.482.386,00.

Detalhamento do Plano de Custeio proposto para o exercício de 2013

1 – Contribuição Normal:

O Participante e o Patrocinador contribuirão obrigatoriamente com 2,50% sobre o Salário de Participação dos Participantes Ativos, limitado a 25 vezes a UMC, conforme Artigo 21 do Regulamento do PREV-RENDA.

2 – Contribuição Facultativa:

O Participante poderá optar pela contribuição facultativa, aplicando um percentual sobre o seu Salário de Participação ou realizando contribuições extraordinárias à sua escolha, sem contrapartida do Patrocinador, observados os limites mínimos e máximos, caso sejam mensais, de 1% a 15% dos Salários de Participação, e caso sejam apenas de caráter extraordinário, de no mínimo 20% dos Salários de Participação e máximo determinado pela legislação.

3 – Benefícios de Risco/Despesas Administrativas:

O Patrocinador e Participantes aportarão contribuições incidentes sobre o total dos Salários de Participação, conforme taxas detalhadas no quadro do Plano Anual de Custeio Proposto.

Os Participantes Assistidos do Plano contribuirão com 1,51% sobre a folha de benefícios, para a cobertura das Despesas Administrativas, que equivale a 0,28% da folha de salários de participação.

Em observância a Resolução CGPC Nº. 29 de 31/8/2009, em especial ao Inciso VII – Art. 2º. há o enquadramento ao Artigo 6º da aludida Resolução.

4 – Contribuições Especiais – Estímulo à Migração:

Exclusivamente para os Participantes Assistidos enquadrados no § 1º do artigo 78 do Regulamento do PREV-RENDA, a CAFBEP deposita, mensalmente, em contas individuais, existentes no Fundo Patrocinado em nome de cada participante, contribuição especial, por até 180 meses contados da data da migração, conforme estabelecido no Convênio nº.001/2001 firmado entre o BANPARÁ e a CAFBEP em 18 de junho de 2001 e Termos Aditivos correspondentes.

Nos termos do mencionado convênio e ainda consubstanciado nos Incisos I e II do §4º do Artigo 84 do Regulamento do PREV-RENDA, o BANPARÁ, para suprir a CAFBEP de recursos destinados à cobertura das contribuições especiais, recolherá a favor da CAFBEP, o percentual indicado no Quadro do Plano Anual de Custeio - 2013.

O tempo decorrido do aludido convênio foi de 121 meses, portanto restam 59 meses para cessação desse compromisso com o PREV-RENDA.

Essa taxa média, conforme percentuais definidos individualmente por ocasião da implantação deste Plano, cuja relação detalhada é parte integrante do citado Convênio nº 001/2001, deverá ter como base para aplicação a Folha de Salários do mês de setembro de cada ano.

VI – Fundos Previdenciais

Em observância ao Artigo 5º. da Resolução CGPC nº. 26 de 30/9/2008 e considerando a Carta CAFBEP/PRESI nº. 2013/2-053 de 25/2/2013, o Plano de Benefícios possui recursos no Fundo Coletivo Previdencial no valor de R\$ 1.325.752,49, cujo valor é composto pelos Fundos previstos nos Incisos IV e V do Artigo 44 do Regulamento deste Plano, conforme detalhado a seguir:

a) Fundo Coletivo (Art. 44-IV) Acumula recursos decorrentes dos saldos do Fundo Patrocinado decorrente de parcelas não resgatáveis motivado por desligamentos de participantes, correspondentes à contribuição das Patrocinadoras em nome de ex-Participantes, que tenham efetuado o resgate e cancelada sua inscrição no Plano. Saldo em 31/12/2012 é de R\$ 114.110,99

b) Fundo de Risco (Art. 44-V): Acumula recursos estabelecidos em Plano Anual de Custeio destinada ao custeio dos benefícios de risco calculados pelo Regime Financeiro de Repartição Simples. Saldo em 31/12/2012 é R\$ 1.211.641,50

Notas e recomendações sobre os Fundos Previdenciais:

Tendo em vista as características de movimentação destes fundos, os valores registrados são controlados e monitorados pela Cafbep.

Em relação ao Fundo de Risco citado na alínea “b” acima, foi criado com base no Artigo 45 do Regulamento, para acolher contribuições dos benefícios de Risco, exclusivamente para acolher contribuições decorrentes do benefício de Pecúlio por Invalidez e Morte, que é calculado pelo Regime Financeiro de Repartição Simples.

Os demais “Benefícios de Risco”, quais seja, o Benefício por Morte e por Invalidez que oferecem rendas mensais temporárias, são calculados pelo Regime Financeiro de Capitalização e tem como contrapartida a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder de Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado e registra um valor de R\$ 332.336,00 em 31/12/2012.

A reversão parcial do Fundo de Risco citado na alínea “b” deve levar em consideração a obrigação atuarial relativa ao Pecúlio por Invalidez e Morte que é de R\$ 719,015.00, cujo valor já foi calculado com a recomendação de adequação para o Regime de Capitalização para a próxima Avaliação Atuarial de 2013. Assim, as contribuições alocadas no Fundo de Risco (Art. 44 V) referente aos “Benefícios de Risco” avaliados pelo Regime Financeiro de Capitalização, devem ser revertidas que se descontadas da obrigação atuarial do Pecúlio, a reversão monta em R\$ 492.626,50.

Conforme estabelecido no Parágrafo Único do Artigo 49 do Regulamento, que prioriza a solvência e liquidez deste Plano, e desde que o faça por meio de ato normativo do Conselho Deliberativo da Cafbep com a aprovação do Patrocinador, o Fundo Coletivo no valor de R\$ 114.110,99 deverá ser mantido no Fundo Previdencial, uma vez que visa recompor eventuais insuficiências atuariais e financeira observada neste Plano, além daquelas previstas no Regulamento.

Contudo, a reversão parcial do Fundo Previdencial no valor de R\$ 492.626,50, foi necessária uma vez que sua alocação estava alocada inapropriadamente no Fundo de Risco. Essa operação resultou em reflexos positivos na cota do Plano.

Assim, os Fundos Previdenciais que devem ser mantidos para exercício, os quais não serão revertidos, são aqueles previstos no Artigo 44, Incisos IV e V do Regulamento, relativos ao Fundo Coletivo no valor de R\$ 114.110,99 e Pecúlio por Morte e Invalidez, cujo saldo em 31/12/2012 é de R\$ 719,015.00, respectivamente.

VII – Conclusão

Face ao exposto, na qualidade de atuário responsável pela avaliação atuarial anual regular da CAFBEP, informamos que o plano encontra-se em equilíbrio.

O Patrimônio de Cobertura do Plano cobre o valor das Provisões Matemáticas e o Plano conta ainda com um Fundo de Risco no valor de R\$ 719.015,00 destinado a cobertura dos Pecúlios de Morte e Invalidez.

São Paulo, 4 de março de 2013. Towers Watson Consultoria Ltda. **Waldner Conde** **Maria Izabel Generoso Pedrosa**
Atuário MIBA nº 763 Atuária MIBA nº 1983

Nota da CAFBEP: O Plano PREV-RENDA (CD) por ser um plano estritamente financeiro, seu benchmark é o CDI. Porém, cerca de 5% do seu patrimônio é composto de recursos destinados a cobertura de riscos (pecúlio por morte e invalidez). Portanto, para essa parcela de recursos são aplicadas as premissas atuariais no que se refere à taxa de juros. A taxa atual de 6% + INPC, será reduzida até 2018, em conformidade com a Resolução CNPC nº 9, de 29/11/2012.

5. PLANO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS - PAS

Em 15/06/2012, através do Of. N.º 1275/2012/GGAME/DIOPE/ANS, a ANS comunicou o cancelamento do registro provisório de operadora de autogestão em saúde suplementar n.º 33622-0, referente ao Plano Assistencial de Saúde PAS/CAFBEP. Na oportunidade, a agência reguladora alertou que as obrigações não são ilididas com o pedido de cancelamento, permanecendo as obrigações de caráter financeiro oriundas de multas, ressarcimento ao SUS e Taxa de Saúde Suplementar mesmo que já ultimado o cancelamento com a baixa do registro da operadora.

A Diretoria encaminhou ao Patrocinador **BANPARÁ**, minucioso relatório que trata da destinação do saldo remanescente do Fundo Assistencial constituído, prevista no Regulamento do Plano de Saúde - no artigo 39, cujo saldo permanece segregado nas demonstrações contábeis da entidade.

Por outro lado a PREVIC, através do Ofício nº 924/CGIG/DITEC/PREVIC de 26/03/2012 também cancelou a autorização que a CAFBEP tinha para operacionalizar serviços relacionados a prestação de assistência à saúde.

De acordo com o artigo 39 do regulamento do CAFBEP/PAS, no caso de liquidação do CAFBEP/PAS o patrimônio remanescente do Fundo Assistencial será repassado aos patrocinadores proporcionalmente a cada qual, que aplicarão na prestação de serviços assistenciais aos seus empregados. Sobre o assunto a Diretoria encaminhou ao Patrocinador **BANPARÁ**, minucioso relatório que trata da destinação do saldo remanescente do Fundo Assistencial o qual permanece segregado nas demonstrações contábeis da entidade.

6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL					
ATIVO	2012	2011	PASSIVO	2012	2011
DISPONIVEL	351	146	EXIGIVEL OPERACIONAL	-1.444	-1.690
	-	-	Gestão Previdencial	-1.050	-770
REALIZAVEL	72.256	67.047	Gestão Administrativa	-207	-176
Gestão Previdencial	347	576	Investimentos	-187	-744
Gestão Administrativa	94	951		-	-
Investimentos	71.815	65.520	EXIGIVEL CONTINGENCIAL	-589	-558
Títulos Públicos	6.020	5.886	Gestão Previdencial	-589	-442
Créditos Privados e Depósitos	5.058	-	Gestão Administrativa	-	-116
Ações	25	25	Investimentos	-	-
Fundos de Investimento	53.569	53.569			
Derivativos	-	-	PATRIMONIO SOCIAL	-70.623	-65.012
Investimentos Imobiliários	1.236	1.246	Patrimônio de Cobertura do Plano	-68.314	-61.631
Empréstimos/Financiamentos	5.001	4.794	Provisões Matemáticas	-68.314	-61.631
Outros Realizáveis	186	-	Benefícios Concedidos	-28.491	-26.467
PERMANENTE	67	67	Benefícios a Conceder	-43.525	-36.650
Imobilizado	49	48	(-) Provisões Matem. a Constituir	2.516	1.486
Intangível	-	-	Equilíbrio Técnico	-1.186	-
Diferido	0	19	Resultados Realizados	-1.186	-
	-	-	Superávit Técnico Acumulado	-	-
	-	-	(-) Déficit Técnico Acumulado	-1.186	-
	-	-	Resultados a Realizar	-	-
GESTAO ASSISTENCIAL	6.693	6.478	FUNDOS	-2309	-3.381
	-	-	Fundos Previdenciais	-833	-1.673
	-	-	Fundos Administrativos	-1.410	-1.648
	-	-	Fundos dos Investimentos	-66	-60
			GESTAO ASSISTENCIAL	-6.693	-6.478
TOTAL DO ATIVO	73.349	73.738	TOTAL DO PASSIVO	-73.349	-73.738

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO – CNPB 19.930.021-38				
	DESCRIÇÃO	2012	2011	Variação %
	A) Ativo Líquido - início do exercício	6.287	5.370	17,08
	1. Adições	1.264	1.842	-31,38
(+)	Contribuições	466	1.069	-56,41
(+)	Result. Posit. Invest.-Gestão Previdencial	798	767	4,04
(+)	Rev.Contingências - Gestão Previdencial		6	0,00
	2. Destinações	-902	-925	-2,49
(-)	Benefícios	-782	-740	5,68
(-)	Result. Negat. Invest- Gestão Previdencial	-	-	0,00
(-)	Constit. Conting. - Gestão Previdencial	-72	-79	-8,86
(-)	Custeio Administrativo	-48	-106	-54,72
	3. Acrés. /Decrés. no Ativo Líquido (1+2)	362	917	60,52
(+/-)	Provisões Matemáticas	1.549	916	68,92
(+/-)	Fundos Previdenciais	-	-	0,00
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-1.186	-	0,00
	4. Operações Transitórias/Migrações			0,00
	B) Ativo Líquido-final exercício (A+3+4)	6.649	6.287	5,76
	C) Fundos não previdenciais	110	114	-3,51
(+/-)	Fundos Administrativos	110	114	-3,51
(+/-)	Fundos dos Investimentos	-	-	0,00

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO – CNPB 20.020.009-56 20				
	DESCRIÇÃO	2012	2011	Variação %
	A) Ativo Líquido - início do exercício	57.019	51.783	10,11
	1. Adições	17.374	15.723	10,50
(+)	Contribuições	11.484	10.138	13,28
(+)	Result. Posit. Invest.- Gestão Previdencial	5.863	5.573	5,20
(+)	Ver.Contingências - Gestão Previdencial	27	12	125,00
	2. Destinações	-11.895	-7.445	13,43
(-)	Benefícios	-10.504	-8965	17,17
(-)	Result. Negat. Invest- Gestão Previdencial	-16	-	0,00
(-)	Constit. Conting. - Gestão Previdencial	-125	-1	12.400
(-)	Custeio Administrativo	-1.250	1521	-17,82
	3. Acrés. /Decrés. no Ativo Líquido (1+2)	5.479	8.278	4,64
(+/-)	Provisões Matemáticas	6.319	5.598	12,88
(+/-)	Fundos Previdenciais	-840	-363	131,40
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-	-	0,00
	4. Operações Transitórias/Migrações			0,00
	B) Ativo Líquido-final exercício (A+3+4)	62.498	60.061	9,61
	C) Fundos não previdenciais	1.365	1.593	-14,31
(+/-)	Fundos Administrativos	1.299	1.533	-15,26
(+/-)	Fundos dos Investimentos	66	60	10

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO PATRIMÔNIO SOCIAL			
Descrição	2012	2011	Variação (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	71.229	64.554	10,34
1. Adições	19.758	18.671	5,82
(+) Contribuições Previdenciais	10.652	9.580	11,19
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - G. Prev.	6.662	6.340	5,08
(+) Reversão de Contingências - G. Prev.	27	18	50,00
(+) Receitas Administrativas	1.872	2.231	-16,09
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - G. Adm.	109	149	-26,85
(+) Reversão de Contingências - G. Adm.	75	17	341,18
(+) Constituição de Fundos de Investimento	9	-11	-181,82
(+) Receitas Assistenciais	352	347	-1,44
2. Destinações	-13.880	-11.996	15,11
(-) Benefícios	-11.286	-9.706	16,28
(-) Constituição de Contingências - G. Prev.	-196	-80	145,00
(-) Despesas Administrativas	-2.268	-2.046	10,85
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - G. Adm.	-16	0	0,00
(-) Constituição de Contingências - G. Adm.	-26	-69	-62,32
(-) Reversão de Fundos de Investimento	-3	31	-109,68
(-) Despesas Assistenciais	-13	-126	-89,68
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	5.950	6.675	-10,86
(+/-) Provisões Matemáticas	7.869	6.515	-20,78
(+/-) Fundos Previdências	-840	-363	-131,40
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	-1.186	0	0,00
(+/-) Fundos Administrativos	-238	281	-184,70
(+/-) Fundos dos Investimentos	6	20	-70,00
(+/-) Gestão Assistencial	339	222	-52,70
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4)	77.179	71.229	8,35%

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS CNPB 19.930.021-38 BD			
DESCRIÇÃO	2012	2011	Variação %
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	6.649	6.286	5,77%
1. Provisões Matemáticas	7.835	6.286	24,64%
1.1. Benefícios Concedidos	10.351	7.772	33,18%
Benefício Definido	10.351	7.772	33,18%
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	-2.516	-1.486	-69,31%
(-) Déficit equacionado	-2.516	0	-69,31%
(-) Patrocinador(es)	-1.851	1.486	24,56%
(-) Assistidos	-665		0,00%
2. Equilíbrio Técnico	-1.186	0	0,00%
2.1 Resultado realizados	-1.186		
(-) Déficit Técnico Acumulado	-1.186	0	0,00%

DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS CNPB 20.020.009-56 CD			
DESCRIÇÃO	2012	2011	Variação %
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	61.665	55.345	11,88%
1. Provisões Matemáticas	61.665	55.345	-2,97%
1.1. Benefícios Concedidos	18.140	18.695	-2,97%
Benefício Definido	18.140	18.695	19,51%
1.2. Benefício a Conceder	43.525	36.650	19,51%
Contribuição Definida	43.525	36.420	24,93%
Saldo de contas - parcela patrocinador	10.870	8.701	16,61%
Saldo de contas - parcela participantes	32.323	27.719	44,35%
Benefício Definido	332	230	11,88%

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS			
CNPB 19.930.021-38			
DESCRIÇÃO	2012	2011	Variação %
1. Ativo	7.520	7.094	6,01
Disponível	12	74	-83,78
Recebível	428	372	15,05
Investimento	7.080	6.648	6,50
Títulos Públicos	6.020	5.886	2,28
Créditos Privados e Depósitos	-	-	0,00
Ações	-	-	0,00
Fundos de Investimento	967	679	42,42
Derivativos	-	-	0,00
Investimentos Imobiliários	0	0	0,00
Empréstimos	92	84	9,52
Financiamentos Imobiliários	-	-	0,00
Outros Realizáveis	1	-	0,00
Permanente	0	-	0,00
2. Obrigações	761	694	9,65
Operacional	307	290	5,86
Contingencial	454	404	12,38
3. Fundos não Previdenciais	110	114	-3,51
Fundos Administrativos	110	114	-3,51
Fundos dos Investimentos	-	-	0,00
4. Resultados a Realizar	-	-	0,00
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	6.649	6.286	5,77
Provisões Matemáticas	7.835	6.286	24,64
Superávit/Déficit Técnico	-1.186	-	0,00
Fundos Previdenciais	0	0	0,00

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS			
CNPB 20.020.009-56			
DESCRIÇÃO	2012	2011	Variação %
1. Ativo	64.923	59.867	8,45
Disponível	336	60	460,00
Recebível	1.329	1.852	-28,24
Investimento	63.258	57.955	9,15
Títulos Públicos	-	-	0,00
Créditos Privados e Depósitos	5.058	-	0,00
Ações	25	25	0,00
Fundos de Investimento	52.026	51.973	0,10
Derivativos	-	-	0,00
Investimentos Imobiliários	1.240	1.247	-0,56
Empréstimos	4.909	4.710	4,23
Financiamentos Imobiliários	-	-	0,00
Outros Realizáveis	-	-	0,00
Permanente	-	-	0,00
2. Obrigações	1.060	1.256	-15,61
Operacional	924	1.218	-24,14
Contingencial	136	38	257,89
3. Fundos não Previdenciais	1.365	1.593	-14,31
Fundos Administrativos	1.299	1.533	-15,26
Fundos dos Investimentos	66	60	10,00
4. Resultados a Realizar	-	-	0,00
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	62.498	57.018	9,61
Provisões Matemáticas	61.665	55.345	11,42
Superávit/Déficit Técnico	-	-	0,00
Fundos Previdenciais	833	1.673	-50,21

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA			
DESCRIÇÃO	2012	2011	Variação %
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	1.647	1.366	20,57
1. Custeio da Gestão Administrativa	2.057	2.397	-14,18
1.1. Receitas	2.057	2.397	-14,18
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.460	1.627	-10,26
Custeio Administrativo dos Investimentos	170	123	38,21
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	47	74	-36,49
Resultado Positivo dos Investimentos	109	149	-26,85
Reversão de Contingências	76	17	347,06
Reembolso da Gestão Assistencial	195	395	-50,63
Outras Receitas	0	12	0,00
2. Despesas Administrativas	2.295	2.116	8,46
2.1. Administração Previdencial	1.762	1.598	10,26
Pessoal e Encargos	1.023	893	14,56
Treinamentos/Congressos e Seminários	61	57	7,02
Viagens e Estadias	13	8	62,50
Serviços de Terceiros	376	343	9,62
Despesas Gerais	223	185	20,54
Depreciações e Amortizações	23	30	-23,33
Contingências	26	69	-62,32
Outras Despesas	17	13	30,77
2.2. Administração dos Investimentos	175	123	42,28
Pessoal e Encargos	103	75	37,33
Treinamentos/Congressos e Seminários	11	7	57,14
Viagens e Estadias	3	2	50
Serviços de Terceiros	58	39	48,72
2.3. Administração Assistencial	195	395	-50,63
2.4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	163	-	0,00
2.5. Outras Despesas	-	-	-
3. Resultado Negativo dos Investimentos	-	-	0,00
4. Sobre/Insuficiência Gestão Administrativa	238	281	-184,70
5. Constituição/Reversão Fundo Administrativo	238	281	-184,70
6. Operações Transitórias	-	-	0,00
B. Fundo Administrativo do Exercício Atual	1.409	1.647	-14,45

7. PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Examinamos as demonstrações contábeis da **CAIXA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DO PARÁ - CAFBEP**, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das obrigações atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício e plano de gestão administrativa acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Entidade **CAIXA DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA AOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO ESTADO DO PARÁ – CAFBEP** e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2012 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Outros Assuntos

Pareceres Atuariais

Conforme mencionado no Parecer Atuarial firmado em 04/03/2013, para o Plano Básico de Benefício Definido, consta no capítulo da conclusão, recomendação que achamos por bem incluir em nosso relatório, como segue: “Em nossa opinião, o déficit é qualificado como “estrutural”, motivo pelo qual nos leva a recomendar a manutenção do equacionamento, legal para o equacionamento do déficit apurado neste exercício e não equacionado por determinação judicial”. O não equacionamento pleno das insuficiências geradas pelas isenções das contribuições, obtidas por força judicial, as quais foram apuradas nesta Avaliação, poderá levar esse plano à insolvência atuarial e eventual liquidação.

Walter Heuer Auditores Independentes Gilson Miguel de Bessa CVM Nº 2291 – CRC-SP Nº 000334/0-6-T-RJ Contador CRC-RJ 017511-13 “S” - PA

8. PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **Caixa de Previdência e Assistência aos Funcionários do Banco do Estado do Pará S/A – CAFBEP**, no desempenho das suas atribuições legais e estatutárias, em reunião de 21/03/2013, examinaram o conjunto das Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas da Administração, relativas ao exercício de 2012. Em consonância com a Resolução do CNPC Nº 08, de outubro de 2011, Art. 2 – Anexo C, item 17, letra j, e com base nos pareceres da Empresa Atuarial Towers Watson, sobre os planos de benefícios administrados pela Entidade, datada de 04 de março de 2013, mencionando que: “o plano PREV-RENDA encontra-se em equilíbrio, e o plano BÁSICO, encontra-se deficitário, apurado na ordem de R\$1.185.892,78, base 31/12/2012, informando ainda que o déficit é qualificado como “estrutural”, motivo pelo qual recomendam a manutenção do equacionamento legal para o equacionamento do déficit apurado neste exercício e não equacionado por determinação judicial. O não equacionamento pleno das insuficiências geradas pelas isenções das contribuições, obtidas por força judicial, as quais foram apuradas nesta Avaliação, poderá levar esse plano à insolvência atuarial e eventual liquidação” e, com base no parecer das Demonstrações Contábeis feitas pela Empresa Walter Heuer Auditores Independentes, de 12 de março de 2013, são de opinião que as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício e referidas peças contábeis apresentam adequadamente a situação financeira e patrimonial da Entidade, em 31 de dezembro de 2012. Este Conselho entende também que as referidas peças contábeis espelham a situação financeira e patrimonial da Entidade, estando, portanto, em condições de serem submetidas à aprovação do Conselho Deliberativo. Em complemento, os membros do Conselho Fiscal, através

